

PRIMEIRO AJUIZAMENTO DE EXECUÇÃO FISCAL PELO SISTEMA ELETRÔNICO DA FAZENDA NACIONAL*

RAPHAEL DE BARROS MONTEIRO FILHO

*Presidente do Superior Tribunal de Justiça
e do Conselho da Justiça Federal*

Senhoras e Senhores:

É uma grande honra para mim representar o Superior Tribunal de Justiça e o Conselho da Justiça Federal nesta cerimônia, em que a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional apresenta o aprimoramento de suas ferramentas tecnológicas que vão permitir a integração com os sistemas de processamento da execução fiscal virtual desenvolvidos pelos Tribunais Regionais Federais da 1ª e 3ª Regiões.

Como se sabe, para o Poder Judiciário os investimentos em tecnologia da informação são tidos como essenciais para o cumprimento de sua missão constitucional, a prestação jurisdicional célere, eficiente e eficaz.

Por essa razão, no âmbito do Conselho da Justiça Federal e do Superior Tribunal de Justiça, consideram-se prioritários os projetos de modernização tecnológica. São vários os exemplos nesse particular, todos com o referido escopo de agilizar e facilitar o trabalho de magistrados, servidores, profissionais da advocacia e jurisdicionados. Grande parte desses projetos – inclusive o da execução fiscal virtual – o CJF não só incentiva, como participa de seu desenvolvimento em conjunto com os Tribunais Regionais Federais, por intermédio da "Comissão de Padronização da Plataforma Tecnológica da Justiça Federal" – a "Cominf".

Um dos mais relevantes resultados decorrentes da atividade da "Cominf" é o acompanhamento do projeto concernente aos processos

* Palavras proferidas na solenidade, Ministério da Fazenda, 17.10.2006.

eletrônicos, que, de forma pioneira, foi introduzido nos Juizados Especiais Federais, indispensável nos dias atuais ao funcionamento desses Juízos.

A execução fiscal virtual acha-se inserida nesse contexto. Com o apoio do Conselho da Justiça Federal, direcionado para a padronização e universalização de procedimentos, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional está promovendo a integração de seu sistema de ajuizamento e acompanhamento processual à execução fiscal virtual desenvolvida pelos Tribunais Regionais Federais da 1ª e 3ª Regiões, aguardando-se para um futuro breve a incorporação à rede das demais Cortes Regionais.

Está sendo dado, assim, um passo largo rumo à agilização processual. A Justiça Federal conta, nos dias atuais, com 2,5 milhões de execuções fiscais em tramitação, o que justifica todo o empenho no sentido de dar-lhes solução o mais rápido possível. A comunicação on-line, que dispensa a digitalização ou a lenta troca física de papéis, bem como a inserção de peças, tais como petições e despachos padronizados, são algumas das inúmeras vantagens que oferece o processamento virtual da execução fiscal, as quais, por isso, merecem registro.

A troca eletrônica de documentos nesses sistemas, em suma, ocorrerá de forma absolutamente segura, com o uso de certificação digital, graças à utilização da Autoridade Certificadora da Justiça, a "AC-JUS", que nasceu por proposição do Conselho da Justiça Federal em parceria com o Superior Tribunal de Justiça e com os Tribunais Regionais Federais, contando posteriormente com a adesão de outros órgãos do Poder Judiciário.

Congratulo-me, pois, com o Exmo. Sr. Ministro de Estado da Fazenda, Prof. Guido Mantega, e também com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, pelo êxito que hoje alcançam com a iniciativa, na esperança de que estejam integrados ao sistema da execução fiscal virtual outros exeqüentes, como o Instituto Nacional do Seguro Social, os

Conselhos de Fiscalização Profissional e os representantes dos executados, fechando o ciclo da inovadora tramitação processual eletrônica.

Obrigado.